

Caminhos e desafios das políticas culturais na esfera federal

Michelle Cristina Alves Silva⁶

Resumo: O artigo pretende trazer para o debate informações sobre os processos a serem alavancados durante o próximo governo do presidente eleito Lula referente às políticas setoriais para a cultura, passando pela reestruturação do Ministério da Cultura, desmantelado pelo governo Jair Bolsonaro, até aos programas e projetos estruturantes da pasta, a partir de um processo participativo com o setor cultural, seus artistas, agentes e trabalhadores.

A gestão 2023/2026 do Governo Lula, que inaugura uma promessa de retorno à efetiva democracia no país, terá importantes desafios à frente de diversas políticas e, na cultura, os desafios serão robustos, passando pela recriação do Ministério da Cultura à reativação dos principais programas e projetos que foram interrompidos de forma brusca nas gestões Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Muitos serão os desafios do Governo Lula em várias frentes e, no que se refere à cultura, tratada de forma tão dura e desrespeitosa durante o governo Jair Bolsonaro, será significativo que as promessas de campanha, consolidadas em seu programa de governo, sejam encaminhadas, de forma comprometida e dialógica, com os agentes culturais de todo o país.

⁶ Doutoranda pelo Programa Interunidades em Integração da América Latina (Prolam) da Universidade de São Paulo. Pós-graduada em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Produção e Crítica Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Licenciada em Artes Cênicas pela UFMG. michelle.ferreira@usp.br

A equipe de transição do Governo Lula, coordenada pelo vice-presidente eleito Geraldo Alckmin e instituída no dia 08 de novembro de 2022 por meio de uma portaria do Executivo, sediada no Centro Cultural Banco do Brasil, instituiu 31 grupos técnicos de trabalho, composta por pessoas nomeadas na equipe de transição e diversos voluntários, uma divisão de grupos semelhantes à composição dos Ministérios para proceder às análises setoriais das políticas públicas e organizar um plano de trabalho sistemático. Os grupos técnicos estiveram sob a coordenação do ex-ministro Aloizio Mercadante, que preside a Fundação Perseu Abramo e que organizou o programa de governo da chapa Lula-Alckmin.

O relatório, a ser entregue aos futuros ministros e ministras, será como um primeiro diagnóstico, um “termômetro” da política pública, que funcionará como uma análise preliminar da estrutura do Executivo Federal, visando subsidiar as respectivas pastas.

No que se refere ao grupo de trabalho da cultura, os principais nomes que o compuseram foram a atriz Lucélia Santos, a cantora Margareth Menezes, a deputada federal Áurea Carolina, o ex Ministro da Cultura Juca Ferreira, o músico e poeta pernambucano Antônio Marinho e o Secretário Nacional de Cultura do PT Márcio Tavares.

Cabe destacar que foi de competência do grupo técnico a análise da estrutura da Secretaria Especial de Cultura, com o objetivo de elencar as ações necessárias para a rearticulação do Ministério da Cultura. Além disso, o grupo deverá apontar quais as medidas tomadas durante o governo Bolsonaro deverão ser revogadas, bem como fazer o levantamento do orçamento disponível e as possíveis fontes de recursos para o ano de 2023.

Diversas entidades e instâncias de participação social como fóruns, conselhos, a exemplo do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPc) e do Fórum das Associações dos Servidores Federais da Cultura encaminharam as suas demandas e proposições para o GT de Cultura.

No documento apresentado no dia 09 de dezembro pelo Fórum das Associações dos Servidores Federais da Cultura, eles elencam cinco principais linhas de atuação para os primeiros dias de governo, dentre os quais, cabe destacar:

Recriação do Ministério da Cultura e do Sistema Federal de Cultura, com a retomada das políticas culturais como políticas de Estado democráticas e participativas, articuladas com os entes federativos, através do desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura, por meio da retomada da produção de dados, da realização de diagnósticos e estudos sobre o quadro atual das instituições e suas políticas; da recomposição e garantia de orçamento próprio, da institucionalização de instâncias participativas, programas e projetos em marcos legais e normativos, da capilarização da estrutura do Ministério da Cultura, estendendo a atuação da administração direta e das fundações e autarquias em todas as unidades da federação, fortalecendo seu caráter público. 2) Criação de uma arquitetura de participação social, com respaldo em marcos legais e integrando o organograma do Sistema Federal da Cultura, com estabelecimento de órgãos colegiados com participação social, incluindo os servidores, e de instâncias para a participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas de cultura, para atuar no planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas culturais. 3) Imediata revogação de atos normativos, inclusive decretos, editados desde o golpe de 2016, que contrariam a missão institucional dos órgãos federais de cultura, assim como imediata exoneração de ocupantes de cargos de gestão alinhados com o desmonte das políticas públicas, com o assédio moral e institucional promovido pelo atual governo e rechaço à participação, na estruturação das equipes do futuro MinC e de suas vinculadas, de integrantes dos últimos dois governos alinhados com a perseguição ideológica e desmonte do MinC, das políticas culturais e da participação social democrática. 4) Composição de equipes de gestão com quadros técnicos, com capacidade política e perfil afinado ao projeto cultural do novo governo,

por meio de processos transparentes (como chamadas públicas para seleção de ocupantes de cargos de gestão), valorizando a participação dos servidores dos órgãos da cultura. 5) Valorização dos servidores, por meio de uma política efetiva de gestão de pessoas, que avalie e reformule os Programas de Gestão de Desempenho instituídos pela Instrução Normativa 65 e que visem à reformulação e ao fortalecimento da carreira, por meio da reestruturação dos cargos, da criação e recomposição dos postos de trabalho, inclusive postos extintos e preferencialmente terceirizáveis (com atenção especial ao DECRETO Nº 9.262, DE 9 DE JANEIRO DE 2018 e à PORTARIA Nº 443, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018), garantindo o protagonismo dos servidores na reconstrução do MinC e no planejamento, gestão, implementação e avaliação das políticas públicas de cultura. (RIO DE JANEIRO, 2022, p.2-3).

Até o fechamento do referido artigo, o presente relatório estava em sigilo, porém, o que foi noticiado amplamente junto à imprensa e por membros que compuseram o GT foram cinco pontos principais, muitos destes consonantes com as questões apontadas no documento do Fórum de Servidores e em outros documentos encaminhados ao GT, a saber:

1. Um alerta sobre pontos envolvendo os órgãos de controle interno e externo, tais como Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal;
2. As prioridades do orçamento público, a fim de que não comprometam os principais programas do setor no primeiro trimestre de 2023;
3. Os atos normativos a serem revogados, não apenas compreendendo as reduções dos valores a serem pagos aos profissionais com recursos da Lei Rouanet, mas, também, da Fundação Palmares, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Conferência, Conselho Nacional de Política Cultural,
4. Medidas prioritárias, com sugestões de recorte a ser priorizado nas políticas culturais e, por fim;
5. Reestruturação do Ministério da Cultura e entidades vinculadas. O GT contou, ainda, com servidores de

carreira da Cultura hoje vinculados à Secretaria Especial da Cultura para organizar a documentação pertinente ao setor e, também, com consultores especialistas.

Destacamos, também, dentre as medidas prioritárias, a execução dos recursos da Lei Aldir Blanc e Paulo Gustavo por meio do Fundo Nacional de Cultura (FNC), que foram aprovadas pelo Legislativo, receberam o veto do Governo Federal, o Legislativo conseguiu derrubar o veto, mas os recursos não foram empenhados em 2022 e nem previstos na Lei Orçamentária Anual de 2023.

É importante sinalizar o convite feito e aceito à artista e gestora cultural Margareth Menezes para ser a Ministra da Cultura na nova gestão. Mulher negra e uma das cem personalidades negras mais influentes do mundo pela *Most Influential People of African Descent (MIPAD)* da Organização das Nações Unidas (ONU), a futura ministra da Cultura é fundadora e presidente da entidade criada em 2004 em Salvador chamada Fábrica do Futuro, baseada nos eixos de educação, cultura e sustentabilidade, além de ser embaixadora junto à *Internacional Organization of Folk Art (IOV)* da Organização para as Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ademais de ter milhares de cópias vendidas e indicações ao *Grammy e Grammy Latino*.

Assim, findo o processo de trabalho da equipe de transição, reiteramos que será complexa a atuação do Ministério da Cultura, de “arrumar a casa”, de um Executivo mais parecido com “terra arrasada” em 2022, é importante a nomeação de uma mulher, negra, artista, gestora cultural e comprometida com a pauta progressista como a futura ministra Margareth Menezes à frente do Ministério da Cultura, para atuar no processo de democratização da pasta e nos diversos eixos estruturantes dos programas e projetos que foram duramente consolidados nas

gestões anteriores do Partido dos Trabalhadores na esfera federal.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei 10.609, de 20 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências. Disponível em: [L10609 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/leis_10609.htm)
Acesso em 17/11/2022.

RIO DE JANEIRO. Carta do Fórum das Associações de servidores federais da cultura ao GT-Cultura da Coordenação de transição de governo. Disponível em: <https://asminc.org.br/servidores-vislumbam-mudancas-necessarias-nos-primeiros-100-dias-de-governo/>.

Acesso em 12/12/2022